

Antrópico ou natural? Uma reflexão a partir dos discursos naturalistas produzidos sobre o caso de contaminação costeiro-marítima do Balneário Hermenegildo

¿Antrópico o natural? Una reflexión a partir de los discursos naturalistas producidos sobre el caso de contaminación costero-marítima del Balneario Hermenegildo

Anthropic or natural? A reflection from the naturalistic discourses produced on the case of coastal-marine contamination of the Balneário Hermenegildo

Bel. Ramsés Mikalauscas Farherr¹

Bel. Gabriel Ferreira²

Resumo

O decorrente artigo utilizará parte de uma problemática de uma pesquisa em andamento de um dos autores sobre a história ambiental e análise do discurso de um caso de contaminação costeiro-marítima no extremo sul do Brasil. Dessa maneira trataremos de analisar pontualmente alguns discursos naturalistas processados nesse evento que acabaram gerando controvérsias entre essa primeira narrativa e outra com viés antropogênico: o caso ocorrido no Balneário Hermenegildo em 1978, popularmente chamado de “Maré Vermelha”. A partir daí lançaremos uma hipótese sobre o uso da categoria natural em litígios ambientais que evoquem ambas as categorias e uma de suas consequências que denominamos de “falta de consenso programado”.

Palavras-Chave: Contaminação; Discurso; Hermenegildo.

Resumen

El derivado artículo utilizará parte de una problemática de una investigación en curso de uno de los autores sobre la historia ambiental y análisis del discurso de un caso de contaminación costero-marítima en el extremo sur de Brasil. De esta manera trataremos de analizar puntualmente algunos discursos naturalistas procesados en ese evento que acabaron generando controversias entre esa primera narrativa y otra con sesgo antropogénico: el caso ocurrido en el Balneario Hermenegildo en 1978, popularmente llamado "Maré Roja". A partir de ahí lanzaremos una hipótesis sobre el uso de la categoría natural en litigios ambientales que evoquen ambas categorías y una de sus consecuencias que denominamos "falta de consenso programado".

Palabras claves: Contaminación; Discurso; Hermenegildo.

Abstract

The resulting article will use part of a problem of an ongoing research of one of the authors on the environmental history and analysis of the discourse of a case of coastal-marine contamination in the extreme south of Brazil. In this way we will analyze in a timely manner some of the naturalistic discourses processed in this event that ended up generating controversies between this first narrative and another one with anthropogenic bias: the case happened in Balneario Hermenegildo in 1978, popularly called "Red Tide". We will then launch a hypothesis on the use of the natural category in environmental litigation that evokes both categories and one of its consequences that we call "lack of programmed consensus".

¹ Bacharel em Arqueologia. Universidade Federal do Rio Grande (FURG). E-mail: ramses_mf@live.com.

² Mestrando em Educação Ambiental. Agência Financiadora CAPES. Universidade Federal do Rio Grande (FURG). E-mail: gbr.s.ferro@gmail.com.

Keywords: Cassino; Speech; Hermenegildo.

1. Introdução

Nosso recorte espaço-temporal priorizará o caso de contaminação costeira, marítima e atmosférica no Balneário Hermenegildo, na virada do mês de março para abril de 1978, que gerou controvérsias sobre o motivo gerador – antropogênico ou natural. Além da controvérsia, a falta de consenso dos motivos causadores do desastre ambiental também é um dos nossos problemas. Dito isso, teremos como objetivo incitar uma reflexão histórica-ambiental sobre os discursos de viés naturalista, contextualizando inicialmente o episódio. Para compreender esses discursos analisaremos a utilização da categoria “natureza”, sua produção de uma “falta de consenso programada” e seus possíveis efeitos materiais e históricos. Os discursos serão extraídos tanto de fontes secundárias quanto primárias – essas últimas acessadas, entre outras, pela plataforma Hermoteca Digital, pertencente à plataforma digital da Biblioteca Nacional. Pela natureza do trabalho, como pelo próprio estado incipiente do projeto, as amostragens e fontes dos discursos serão pontuais e sintéticas, escolhidas arbitrariamente conforme o recorte metodológico e teórico proposto pelo artigo.

A lente teórica edificada para a análise e construção da pesquisa foi inicialmente pautada nos preceitos da história ambiental, pois entende-se que este espectro conceitual é o mais adequado para se fazer uma pesquisa histórica dentro do campo da Educação Ambiental. Por este motivo, é oportuno transcrever uma síntese da definição de História Ambiental, formulada por José Augusto Drummond, um dos expoentes desta área no Brasil:

A história ambiental é, portanto, um campo que sintetiza muitas contribuições e cuja prática é inerentemente interdisciplinar. A sua originalidade está na sua disposição explícita de “colocar a sociedade na natureza” e no equilíbrio com que busca a interação, a influência mútua entre sociedade e natureza. (DRUMMOND, 1991, p. 8).

Pode-se depreender, a partir deste trecho, que a História Ambiental se propõe a estudar a influência do homem sobre a natureza e vice e versa, bem como a maneira que esta interação influencia diretamente na história e cultura humana. Tal afirmação é assentada nos escritos de Pádua quando cita Castro:

É nesse ambiente teórico renovado, na virada do século XX para o XXI, que a história ambiental procura repensar, na definição de Elinor Melville e Guillermo Castro, “as interações entre os sistemas sociais e os sistemas naturais, e as consequências dessas interações para ambas as partes, ao longo do tempo” (PÁDUA, 2010, p. 91).

Isso posto, vê-se que a História Ambiental não se resume, tão somente, ao estudo das mudanças naturais, mas tende a ser um campo muito mais amplo, com diversas linhas de pesquisa, métodos analíticos e que, em hipótese alguma, pode negligenciar o estudo das sociedades humanas em seus trabalhos.

Buscando ambientar a lupa analítica às discussões e pressupostos da Educação Ambiental, este artigo faz uso da compreensão de Henrique Leff sobre História Ambiental, assim como faz uso dos conceitos de Racionalidade Ambiental e Econômica para categorizar os diferentes discursos presentes nas fontes analisadas.

A história ambiental permite ver a complexidade ambiental na história passada, e mobiliza uma ação prospectiva para a construção de uma racionalidade ambiental; é um saber que estabelece o vínculo entre um passado eco-destruidor e um futuro sustentável. A história ambiental é uma hermenêutica epistemológica que se constrói e se faz visível a partir da definição de um conceito que abre a visão sobre o que até então era invisível, impensável. (LEFF, 2005, p.04). Ainda no sentido de adequar o escopo referencial do trabalho no sentido de esmiuçar a compreensão do que é a Racionalidade Econômica, Leff diz:

A economia fundada nos princípios da mecânica desterrou a vida e a natureza do campo das produções, minando as condições de sustentabilidade ecológica do desenvolvimento. A extrapolação das externalidades econômicas para o terreno dos conflitos socioambientais está mobilizando a reconstrução do processo de produção em novas bases. (LEFF, 2002, p.42).

2. Maré Vermelha ou naufrágio? Contextualizando a contaminação do Balneário Hermenegildo e seus discursos

No Brasil o movimento ambientalista começava a ganhar relevância a partir da fundação da AGAPAN em 1971 por José Antônio Lutzenberger e Augusto Cesar Carneiro (AUGUSTO & SANCHEZ, 2009). Mas só viria a ter os refletores nacionais e internacionais apontados para si a partir da “Operação Hermenegildo” (SOARES, 2013; PEREIRA, 2009), onde os ambientalistas procuraram chamar a atenção da população e cobrar explicações do governo militar sobre a contaminação marítima e atmosférica daquele balneário na virada de março para abril de 1978 – conhecida popularmente desde então como “Maré Vermelha³”. O

³ É interessante notar que o próprio termo popularizado para se referir ao caso carrega em si um valor de sentido natural, visto que essa é a cunhagem científica para denominar a ocorrência de fenômenos naturais como esse.

fator antrópico que viria gerar a controvérsia junto ao natural foi resultante de um elemento presente alguns anos antes da contaminação.

Em 1972 um navio da empresa Lloyd Brasileiro, o *Taquari*, recentemente construído e portador da última tecnologia do seu tempo e com tripulação experiente, encalhou em uma noite com clima favorável, mar calmo e muito próximo de um farol, nos Ilotes de Cabo Polônio, local bastante conhecido pelos navegantes (Figura 1). Segundo o pesquisador Norton Gianuca, defensor da hipótese antrópica, o navio transportava pelo menos 14 toneladas de agrotóxicos. Vindo da sua viagem inaugural dos EUA tinha como destino o porto de Buenos Aires. Coincidência ou não, em 1972, um ano depois de o *Taquari* encalhar na costa este uruguaia, a empresa norte-americana Dow Chemical, responsável pela carga tóxica da embarcação, era presidida no Brasil por Golbery do Couto e Silva, um dos arquitetos da ditadura militar Brasileira (GONZATTO). Em 1978 uma forte tempestade atingiu o Atlântico Sul, o *Taquari* por fim veio a soçobrar, rompendo o seu casco e liberando o restante da sua carga química localizada no porão. Coincidentemente, algumas horas depois da tempestade, a toxidade já deixava um rastro de destruição e morte, tendo no balneário Hermenegildo seu ápice. Porém, segundo Elenita Pereira (2009), a contaminação atingiu em diferentes níveis de Punta del Este até Tramandaí (Figura 2). Outra coincidência é que no ano que a suposta Maré Vermelha teria ocorrido, em 1978, o general riograndino Golbery, chefiava o Gabinete Civil da Presidência (GONZATTO).

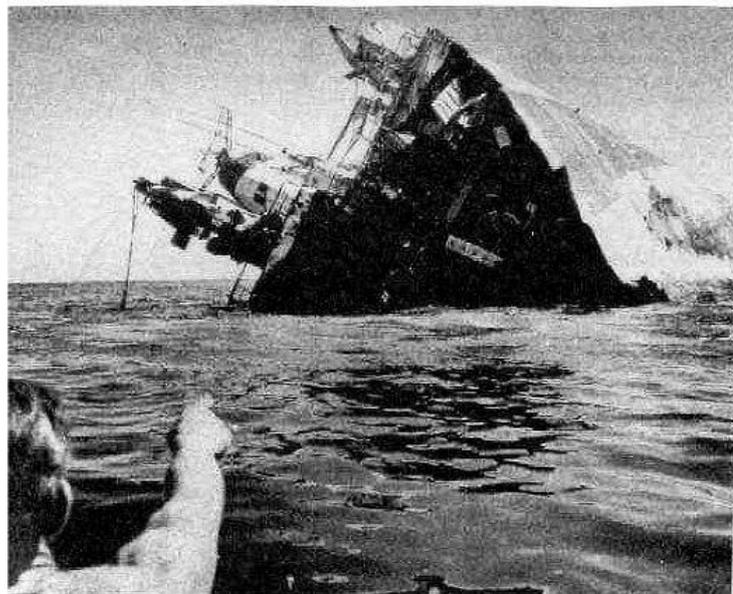


Figura 1: Encalhe do Taquari

Fonte: Sebastião Pinheiro. Retirado de: <http://goncalodecarvalho.blogspot.com/2014/03/lembrando-hermenegildo.html>

O conteúdo da carga do *Taquari* também se encontra na tempestade de imprecisões. Foi noticiado no jornal carioca “Jornal do Brasil”, no dia 21 de abril de 1978, que o comerciante Uruguaio Joaquim de Castro havia recebido o registro de carga do *Taquari* através do Ministério da defesa do seu país, a fim de tentar resgatá-las no período em que o navio estava encalhado. No decreto 630/74 constava que entre os inúmeros objetos a serem recuperados encontrava-se a carga de mercúrio, contrariando a posição oficial. Entretanto, o assessor de imprensa do Ministério da Saúde, Aibal Ribeiro, negou a existência de qualquer produto à base de mercúrio, alegando que o navio transportava sete toneladas de Propileno e outras sete de Elilenime, enquanto o professor e na época vice-presidente do Centro de Estudos de Toxicologia do Rio Grande do Sul, vinculado a Universidade Federal de Pelotas, Milton Guerra, afirmou que em todas as análises laboratoriais da água do mar detectou-se a presença de Isotiocianato de metila, um herbicida, fungicida e nematicida produzido pela empresa Dow Chemical. (JORNAL DO BRASIL, 21/04/1978, p.23).

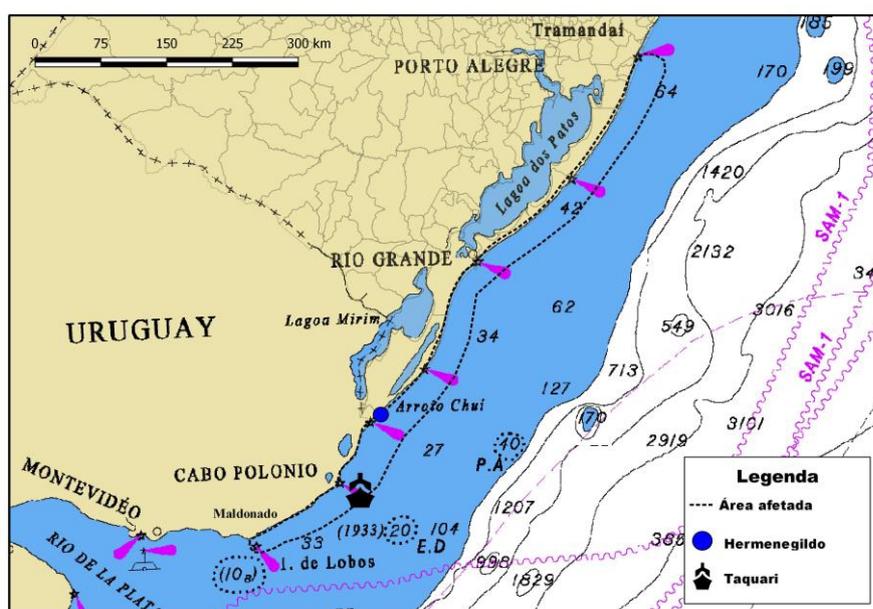


Figura 2: Mapa referente a área contaminada segundo relatos.
Fonte: Dos autores (2018).

A própria empresa responsável pela carga do *Taquari* alertou a Secretaria Especial de Meio Ambiente que se as comunidades costeiras encontrassem cilindros vermelhos entrassem imediatamente em contato com a empresa. (JORNAL DO BRASIL, 27/04/1978, p.15). Com essas afirmações, podemos deduzir ao menos que independentemente do teor da carga, o *Taquari* transportava produtos reconhecidamente prejudiciais ao meio ambiente, ao ponto da

própria Dow Chemical sobreavisar poder público e região costeira sobre os perigos que a liberação dos cilindros poderia representar.

Além dos numerosos danos ambientais, o gás tóxico também foi inalado por operários que trabalhavam na fixação dos molhes da barra do Chuí, podendo ter causado, segundo os familiares, a morte de Elmo Molina, de 30 anos e a internação de outros três operários (JORNAL DO BRASIL, 23/04/1978, p.4). Além disso, levantaram-se suspeitas sobre a morte de um faroleiro identificado como Alcides, de 63 anos, responsável pelo farol da Barra do Chuí, poucos dias depois da contaminação (JORNAL DO BRASIL, 23/04/1978, p.4). O biólogo José Semeraro que já havia pesquisado outros três fenômenos de Maré Vermelha no Brasil (Lagoa da Tijuca (1966) e Rodrigo de Freitas(1969) e em Ipanema (1976)), afirmou que o fenômeno “jamais poderá ser responsabilizado pelo desprendimento de gases tóxicos” (JORNAL DO BRASIL, 22/04/1978, p.15), contrariando diametralmente os enunciados dos estudos posteriormente encomendados pelo governo. Nessa direção também seguiu o então presidente do Centro de Estudos de Toxicologia do Rio Grande do Sul, professor Paulo Sampaio, mencionando que em todas as análises do centro não foram detectados algas ou microrganismos formadoras da maré vermelha (JORNAL DO BRASIL, 21/04/1978, p.23).

O ministro da saúde do governo militar da época, Paulo Almeida Machado, antes de qualquer pesquisa aprofundada já defendia se tratar de um fenômeno natural, argumentando que havia “97% de probabilidade de ser maré vermelha” mesmo admitindo que os resultados das análises dos laboratórios estavam longe de terem uma resolução (JORNAL DO BRASIL, 21/04/1978, p.23). A tese seria reiterada posteriormente através da análise um laboratório Norte-Americano (Centro de Doenças Transmissíveis de Atlanta), mesmo país que sediava a empresa responsável pela carga química, Dow Chemical (ESTADÃO, 08/06/78, p.22). Enquanto que em uma recente entrevista, o agora deputado Jair Soares que ocupava o cargo de secretário estadual da saúde no ano do acontecimento, revelou que orientou os técnicos a omitirem informações, pois segundo ele, considerar a hipótese antropogênica, isto é, admitir a influência ou causa-mór da carga química do *Taquari*, poderia causar um grande alvoroço social (RIO GRANDE DO SUL, 2005).

O caso estendeu-se até alguns anos atrás. Devido a suspeita pelos motivos do encalhe e as controvérsias sobre o excesso de proliferação de algas, foi gerado, a partir do abaixo assinado do Centro de Estudos Ambientais de Pelotas em 2003 – visando reabrir o caso -, o Inquérito Civil nº 1.29.006.000086/2003 aberto em 2010, onde requisitava-se à FURG (Universidade criada no regime militar, graças ao *lobbie* de Golbery) a realização de novas pesquisas sobre a contaminação. Os pesquisadores responsáveis alegaram que seria

impossível fazer as solicitações enviadas pela petição a universidade visto a necessidade de realizar a simulação de um número imensurável de cenários (GONZATTO, ?), dando sequência ao impasse que já dura 40 anos.

Se colocarmos o discurso de Almeida Machado frente ao de Jair Soares, ambos alinhados ao discurso naturalista oficial (oficial por ter como expoente o Estado, universidade e multinacional), veremos emergir a contradição e podemos, por agora, lançar algumas perguntas sobre o caso. Se dados foram omitidos pra evitar críticas e questionamentos, será que os mesmos dados foram omitidos ao se produzir a tese do laboratório norte americano ou os demais encomendados pelo governo? Ou este decidiu omitir informações no seu relatório final? Talvez ambos? E a recusa da FURG em realizar novas pesquisas sobre o caso, seria fruto, consequência ou continuidade da omissão dos dados?

Temos também que levar em consideração o contexto sócio-político do período. Se colocarmos em paralelo os questionamentos levantados acima com as notícias que iremos expor abaixo, podemos ver a influência que um regime ditatorial exerce sobre a ciência, cientistas, políticos e seus discursos.

Em uma reunião realizada no dia 20 de abril de 1978 entre o Ministro Paulo Almeida Machado o Secretário da Saúde Jair Soares e a equipe do Centro de Estudos de Toxicologia do Rio Grande do Sul, o professor e vice-presidente daquele centro, Milton Guerra, chegou a cogitar abandonar suas pesquisas devido à atmosfera “pouco amigável” em que foram tratados na reunião (JORNAL DO BRASIL, 22/04/1978, p.15). Já Gastão Gisler que ocupava o cargo de analista químico do Centro de Estudos Toxicológicos do Rio Grande do Sul, apesar de apontar a presença de Isotiocianato de metila e afrontar a narrativa dos ministros colocados arbitrariamente pelo governo militar em seus cargos, disse no mesmo tom intimidado, quiçá com alguma ironia subjacente: “Não queremos comprar briga nem polemizar com as autoridades. [...] O trabalho do técnico é silencioso e deve ficar preso no silêncio dos laboratórios” (JORNAL DO BRASIL, 25/04/1978, p.8). Se acrescentarmos a essas questões o fato de que evidências científicas de ambientalistas e cientistas que acusavam o fator antropogênico não foram se quer levados em consideração, como denunciaram diversos cientistas e pesquisadores na época, entre eles a bióloga Zulanira Meyer Rosa, da Fundação Zoobotânica na audiência pública de 16 de abril de 1998 (RIO GRANDE DO SUL, 1998), temos então a hipótese da falta de consenso verificando-se como um estratégia consciente que parece apostar no esquecimento para evitar a incriminação.

Tratando-se do contexto ditatorial que o país vivia, poderíamos pensar que a formação da narrativa naturalista ou oficial foi forjada por vias de coerção, seja pela negação do

governo militar e sua cúpula frente às causas antrópicas levantadas por pesquisadores sem ligação com a regência marcial, seja pela criação de uma conjuntura hostil e repressiva dissimulada que pairava sobre debates e reuniões onde os motivos da ação humana eram apontados. Esse redirecionamento tendencioso das narrativas e das análises pode ter sido capital para a consolidação da falta de consenso programada.

Dessa forma, a categoria natural faria parte da continuidade do arcabouço discursivo dos grupos que entendem que a participação humana em determinados eventos de degradação ambiental é ínfima ou nula, procurando, como ao longo do tempo realizou as ditaduras latino-americanas, obscurecer a memória, pois essa seria um gozo reservado somente às ações humanas, logo não faria sentido evocá-la quando tratamos de um evento natural que age sempre de maneira imprevisível sem vistas às implicações pretéritas. Assim, o apelo à natureza seria também um convite ao esquecimento.

3. O método da Análise do Discurso aplicado às hipóteses

A análise do discurso junto a História Ambiental e a investigação das relações – sobretudo as quais se inserem os agentes do poder supostamente responsáveis por atos danosos à esfera socioambiental – podem fornecer subsídios para compreender as consequências materiais, ambientais, históricas e discursivas desse tipo de reorientação dos efeitos do sentido.

A Análise do discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação. O dizeres e não-dizeres deixam pistas que devem ser interpretadas para compreender seus sentidos, portanto o analista deve por “*em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção*” (ORLANDI, 2005: 30), por isso necessariamente ao problematizar algum discurso, é preciso enquadrá-lo em seu contexto histórico para melhor compreender sua constituição e metamorfose.

Dito isso, uma das hipóteses que temos, é que os agentes alinhados ao discurso oficial – que sustentam um argumento que inculcaram nos fenômenos naturais a responsabilidade sobre o caso de degradação marítimo-costeira - possuíam relações com agentes econômicos ou políticos envolvidos explícita e implicitamente no processo de contaminação/degradação, e tentavam, consciente ou inconscientemente impor uma significação naturalista do episódio, seja por algum tipo pressão externa ou ideologia construída no seio de suas relações. Esse tipo de relação, aos moldes da racionalidade econômica de Leff teria a capacidade de transgredir princípios éticos dos sujeitos, em nome de uma visão capitalista que aceita o imperativo, aos

moldes da posição do Brasil na Conferência de Estocolmo, de que “*a poluição ambiental seria o preço pago pelo progresso*” (REIGOTA, 1994, p.14).

A segunda hipótese é a de que a categoria “natural”, utilizada para dar sentido a esses fenômenos, pode ser usada, quando sujeitos se apropriam do argumento sobre as dinâmicas e efeitos de alguns eventos verdadeiramente naturais, para eximir/atenuar práticas antropogênicas danosas ao meio ambiente e encobrir certos sujeitos, pesquisadores, empresas ou instituições responsáveis por esses atos. Um dos fatores que nos leva a crer nisso, é que discurso do fenômeno natural do nosso tema, foi proferido pelos grandes agentes do poder, como o Estado ou grandes empresas com algum histórico de danos ambientais (Dow Chemical, por exemplo), gerando uma assimetria nas relações de poder dos efeitos de sentido dos discursos, visto que o outro lado era composto por ONG’S, população afetada e o recém-nascido ambientalismo brasileiro – desfavorecidos nesse contexto de mecanismos de negociação e acesso a meios de comunicação de massa. Além disso, também seria uma forma de apelar para um produto do acaso, incontrolável e quase sempre imprevisível, tornando a culpabilização inviável, pois diante desses fenômenos, nós seres humanos, seríamos meros reféns de algumas dinâmicas naturais, absolvendo a responsabilidade de qualquer ator antrópico pretensamente envolvido.

Esse processo seria realizado concomitantemente ao da “falta de consenso programado”, e seria produto e produtor deste. Ou seja, ao mesmo tempo em que se pretende camuflar a atitude humana com uma roupagem natural, se criam as condições necessárias para estabelecer o dissenso, que por sua vez retroalimenta a camuflagem, e ela por sua vez retroage sobre o dissenso, e assim por diante, criando um embate ambiental tomado pela confusão interminável, como um labirinto que se pretende sem saída, a não ser a própria entrada que se figura no discurso.

A comprovação dessas hipóteses poderia desmitificar outros litígios semelhantes, onde o impasse de fenômenos naturais ou antrópicos, ou a falta de consenso programado, foi observado. Ademais, esse tipo embate discursivo (antrópico x natural) poderia indicar certas similaridades naquilo que Eni Orlandi alcunha de “condições de produção” isto é, o contexto sócio histórico, ideológico e a memória que produzem o discurso, bem como um tipo de Educação Ambiental fluído que se materializa diante desse embate, produzido por determinados setores sociais e seus interesses.

Portanto, se todo discurso é um *continuum* sem começo determinado e final estabelecido, é de se esperar que a o discurso naturalista permaneça orbitando na esfera de alguns casos contraditórios de degradação ambiental, de diferentes magnitudes, em que a

própria dinâmica da natureza possa ser responsabilizada por causar certos prejuízos ou alterações notáveis no meio, pois nenhum discurso é realizado de maneira insulada, sem influências externas de outro – “*os sentidos resultam das relações*” (ORALDNI, 2005, p.39).

Se as relações constroem os sentidos que por sua vez formam os discursos e todo discurso é ideológico, é correto pressupor que temos uma determinada ideologia permeando os discursos naturalistas que expusemos até então. Tanto discurso quanto ideologia explicitam um tipo de cosmovisão ambiental característica do seu contexto histórico e do seu grupo reprodutor, com determinada continuidade, pois “[...] *as palavras refletem sentidos de discursos já realizados, imaginados ou possíveis. É desse modo que a história se faz presente nas línguas*” (ORLANDI, 2005, p.67). Dessa forma o analista se defronta no texto com “*as pistas dos gestos de interpretação que tecem na historicidade*” (ORLANDI, 2005, p.68). Podemos então afirmar que o sentido natural dado ao caso, tem sua historicidade, pois é uma leitura, um ato imaginativo, um trabalho de interpretação do meio ambiente que conduz em si determinados valores morais, estéticos e éticos que se evidenciam, nem sempre de maneira clara e objetiva, nos discursos, sendo, portanto, passível de análise.

4. Como se produz o discurso naturalista?

Como vimos, o discurso naturalista mantém continuidades que pode, em certas circunstâncias, esclarecer completa ou parcialmente determinada alteração/degradação ambiental, ou simplesmente encobrir a ação antrópica. Damos alguns exemplos: O caso da lama do Balneário Cassino e o embate entre a procedência natural (dos processos de deposição de sedimentos da Lagoa dos Patos na região intermareal) e antrópica (dragagem como principal agente ou catalisadora na contribuição do aumento do acúmulo de sedimentos sabidamente natural); a existência do Lençol Suspenso que torna o solo impermeável, seja pelo fator humano e agrícola, seja pela característica natural de determinada região; o fenômeno “Dust Bowl” que ocorreu em áreas desertificadas devido ao uso inadequado do solo nos EUA entre os anos 30 e 40 do século passado, mas cuja ocorrência também se dava como fenômeno natural; casos de incêndios (criminosos ou naturais) em ecossistemas; e provavelmente o mais conhecido e “democrático” dos casos, as mudanças climáticas globais devido ao efeito estufa.

Quando a categoria natural é evocada para encobrir a ação humana, como no último caso onde temos a ação antropogênica – cientificamente atestada - como principal vetor de mudança climática global, podemos pensar sua constituição e desenvolvimento a partir daquilo que Foucault no final dos anos 70 denominou “estratégia sem sujeito” ou “sem

estrategista” atuando a partir dois fundamentos: A “Racionalidade Econômica” de Henrique Leff e as “lógicas das práticas” do próprio Foucault - exemplificada por dois autores:

Primeiro, há práticas frequentemente díspares, que instauram técnicas de poder (entre as quais, em primeiro lugar, as técnicas disciplinares) e são a multiplicação e a generalização de todas essas técnicas que impõem pouco a pouco uma direção global, sem que ninguém seja o instigador desse “impulso na direção de um objetivo estratégico.” (DARDOT & LAVAL, 2016, p.192).

É necessário redimensionar obviamente a amplitude de alcance dessa estratégia, já que não tratamos de uma questão que possa ser verificada genericamente. Além disso, as “técnicas de poder” também estão presentes nas “técnicas de discurso”, não apenas na maneira de escrever e ao grupo a quem se escreve, mas por que todo discurso contém em si alguma evidência de relações de poder do autor com sua externalidade.

Assim, é o próprio discurso que, saindo “vitorioso” das relações de poder, cria as convenções sobre certas “verdades ambientais”. A utilização do discurso naturalista e a falta de consenso programado parecem ir no sentido de tornar oculto os agentes, os meios e os fins de ocorrências de degradação ambiental. Esse desvio dos fatos pode mesmo contribuir como outro fator presente naquilo que Henri Ascelrad (2004) chamou de “Exportação de Injustiça Ambiental”, ou seja, ao utilizar o véu naturalista aos efeitos humanos, esses agentes acrescentam aos seus discursos certas características ambientais da região onde pretendem realizar algum empreendimento, agregando a categoria natural um atributo fluído e adaptável aos diferentes problemas ambientais que poderão ser causados, mas agora, respaldados anteriormente pelas dinâmicas ambientais particulares ou gerais. Assim, caso algum projeto potencialmente poluidor não seja aceito em alguma região ou cidade, este adapta-se novamente ao se transferir para outro local portando o discurso naturalista.

Não necessariamente essa categoria se construiu conscientemente pelos seus reprodutores. Apoiando-se na psicanálise, a Análise do Discurso leva em conta o papel do inconsciente na formação dos discursos, portanto seria um equívoco, se não uma prepotência nossa, apontar o discurso naturalista como uma ferramenta palpável que se pode manusear conscientemente para solucionar/esconder algum problema. Assim, “*o modo como o sujeito ocupa o seu lugar, enquanto posição, não lhe é acessível, ele não tem acesso direto à exterioridade (interdiscurso) que o constitui*” (ORLANDI, 2005, p.49). A inacessibilidade à realidade externa e a não-visualização pelos sujeitos dos interdiscursos que os constituem impede apontar a ciência desses atores no possível encobrimento de práticas danosas ao meio ambiente. Entretanto, esse tipo de afirmação não deve ser genérica para não cairmos no erro

de isentar más condutas humanas que ocorrem frequentemente de forma lúcida e jogá-las na vala comum dos processos do inconsciente. Por princípios éticos e científicos, desvelar más ou questionáveis condutas conscientes de si e seus impactos, só pode se realizar na medida em que fatos confirmem a lucidez do que até então se compreendia como produto do subconsciente. Como a pesquisa ainda está em fase amadurecimento e estamos tratando de um caso com mais de 40 anos sem respostas definitivas, optamos, pelas questões expostas, não atribuir culpa ou cumplicidade aos sujeitos sobre os danos ambientais sucedidos, apenas expor de maneira crítica as contradições implícitas geradas por alguns discursos pré-definidos.

5. Considerações Finais

O caso do Hermenegildo continua sem um consenso, mas através dos discursos que estiveram orbitando o polêmico episódio, conseguimos ao menos projetar hipóteses e a partir delas mais questionamentos na busca de contradições que possam nos dar mais clareza sobre os fatos. Entretanto, talvez os vários casos de impasses desse gênero, principalmente aqueles que ainda se desenvolvem no presente, e não somente resquícios de memórias mal acabadas pelos jogos de força, possam demonstrar a necessidade de se buscar com maior precisão as causas reais baseadas não somente nas evidências científicas, pois essas ao contrário do que postula o positivismo acadêmico, não são neutras nem blindadas à *lobbies* externos. Mas, ao ter consciência dos interesses que assediam diariamente a ciência abre-se a oportunidade de reflexão sobre a imprescindibilidade de desvendar a própria genealogia dos discursos e as redes de relações às quais pertencem, se desenvolvem e se transformam, para compreender como os argumentos naturalistas se adaptam aos contextos históricos, materiais e ambientais e suas consequência sobre a Educação Ambiental e meio ambiente.

Além disso, o contexto democrático - se comparado ao regime de terrorismo de Estado do episódio do Hermenegildo - que permite o questionamento e crítica, junto ao favorável panorama tecnológico, podem, atuando em conjunto, desmistificar os fundamentos naturalistas frente a processos de degradações ambientais atuais e passados, inscrevendo a justiça ambiental no presente e enfim lançando luz sobre o nublado passado da história ambiental, pois como diria Pierre Bourdieu, se existe alguma verdade é que a verdade é um resultado de lutas.

Referências

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecilia Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. *O que é Justiça Ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *Lições de Aula*. 2ª Ed. São Paulo: Ática, 2001 [1ª 1982, Minuit, França].

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A Nova Razão do Mundo - Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DRUMMOND, J. A. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*. Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GONZATTO, Marcelo. *Maré Vermelha, mistério em Hemenegildo*. Os maiores desastres ambientais do RS. Zero Hora. Disponível em: <http://especiais.zh.clicrbs.com.br/especiais/desastres-ambientais/mare-vermelha.html>. Acesso em: 16 mar. 2018.

LEFF, Enrique. Construindo a história ambiental da América Latina. *Esboços*, v. 12, n. 13, p. 11-29, 2005.

LEFF, Enrique. *Saber ambiental: Sustentabilidad, racionalidad, complejidad, poder*. Siglo XXI, 2002.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas. SP: Pontes, 6ª edição, 2005.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*. São Paulo, vol. 24 (68), p. 81-101, 2010

PEREIRA, Elenita Malta. A árvore da João Pessoa e a Operação Hemenegildo: dois episódios de resistência do movimento ambientalista gaúcho. In: *VII Mostra de Pesquisa do APERS. Produzindo História a partir de fontes primárias*. Porto Alegre: CORAG, 2009.

PINHEIRO, Sebastião. *Lembrando o desastre ecológico em Hemenegildo*. Disponível em: <http://goncalodecarvalho.blogspot.com/2014/03/lembrando-hermenegildo.html>. Acesso em: 15 ago. 2018.

REIGOTA, Marcos. *O que é educação ambiental*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1994.

RIO GRANDE DO SUL. *Diário da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul*. Rio Grande do Sul, 16 de abril de 1998. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/diario/diarios_anteriores/da980416.htm. Acesso em: 02 jul. 2018.

SEGURA, Angel Manuel; PEREZ, Frederico; ESTEBAN, Nicolas; GABIN, Frank. TENSIONES Y CONFLICTOS AMBIENTALES EN LA REGIÓN ESTE DE URUGUAY: PASADO, PRESENTE Y FUTURO. In: *Conflitos Ambientais e Urbanos: pesquisa e resistência no Brasil e Uruguai / Carlos Roberto da Silva Machado, Caio Floriano dos Santos e Sérgio Botton Barcellos (Orgs.) – Rio Grande, Ed. FURG, 2017.*

